



15216399



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

**Memória de Reunião**

Comitê de Governança Estratégica - CGE

<b>DATA:</b> 01/07/2021	
<b>LOCAL:</b> Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>ÓRGÃO</b>
Antonio Ramirez Lorenzo	GM
Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
Márcio Nunes de Oliveira	SE
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
David de Lima Freitas	SPO
Rogério Xavier Rocha	SAA
Rodrigo Lange	DTIC
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
Ana Cristina Melo Santiago	SEGEN
Juliana Oliveira Domingues	SENACON
Luiz Roberto Beggiora	SENAD
Juruebi de Oliveira Junior	SENASP
Braulio do Carmo Vieira de Melo	SEOPI
Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
Cairo Costa Duarte	PF
Neide Alves Dias de Sordi	AN
Mariana Boabaid Dalcanale Rosa	CADE
Felipe Uchoa dos Santos	OUV
Jean Coelho	PRF
Claudio de Castro Panoeiro	SENAJUS
Rodrigo de Sousa Alves	FUNAI
Giselli dos Santos	CONJUR
Claudete Terezinha Trapp	CGGE
Bruna Ignacio Moreira	CGGE
Juliana Coelho Antero	CGGE

**PAUTA:**

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e pauta da reunião;
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: SEGEN, PF e AN;
4. Reunião de Avaliação da Estratégia de Junho – Revisão quadrimestral;
5. Informe SPO/SE;
6. Informe AECl;
7. Informe SAA/SE;
8. Informe DTIC/SE;
9. Encaminhamentos.

**DELIBERAÇÕES**

1. O Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, iniciou a reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE agradecendo a presença de todos os titulares da Pasta e informou da impossibilidade de comparecimento do Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, em razão de novo compromisso inserido em sua agenda. Apresentou a pauta da reunião comentando sobre a alteração da ordem de apresentação de alguns itens em razão da necessidade do Secretário-Executivo Adjunto e do Subsecretário de Planejamento e Orçamento se ausentarem para comparecimento em outra reunião.
2. Nesse sentido, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, deu andamento à pauta tratando da validação da revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023, por ocasião da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, referente ao mês de junho de 2021. Mencionou que, conforme previsto na Resolução CGE nº 1, de 19 de janeiro de 2018, o ciclo de revisão acontece quadrimestralmente, sendo a oportunidade de adequação da estratégia, tendo como escopo a inclusão, exclusão e alteração de projetos e indicadores, bem como a alteração de metas. Destacou que o trabalho foi feito de forma colaborativa com cada unidade por meio de pontos focais instados a analisar os projetos e os indicadores atuais de suas respectivas unidades. Após validação prévia do Gabinete do Ministro e da Secretaria-Executiva, as propostas de revisão foram enviadas aos e-mails dos membros do CGE para análise e manifestações em 25 de junho de 2021. O Subsecretário passou a palavra para o Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, que, tendo como referência os documentos disponibilizados, submeteu a revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP à deliberação do CGE, que foi aprovada sem ressalvas.
3. Dando continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, abordou sobre as questões orçamentárias do Ministério. Após os senhores Ministro e Secretário-Executivo terem reforçado nas últimas reuniões do Comitê a importância do cumprimento da meta de executar 70% do orçamento até o final de junho de 2021, o Subsecretário agradeceu o compromisso dos titulares e registrou o alcance do resultado de 75,9% em relação ao orçamento disponível do MJSP, representando, frente a todo o orçamento da Pasta, inclusive o que se encontra bloqueado, 66,15%. Aproveitou o ensejo para informar às unidades que em relação aos valores bloqueados, em especial unidades com valores mais robustos, como Polícia Federal - PF, Polícia Rodoviária Federal - PRF e Fundação Nacional do Índio - Funai, foi realizado lançamento no sistema da solicitação de desbloqueio. Com relação aos fundos, registrou que o percentual de execução tende a aumentar significativamente a partir da transferência obrigatória para os fundos estaduais. Comunicou, ainda, que a primeira fase de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2022 foi finalizada, iniciando em breve a segunda etapa da proposta orçamentária para próximo exercício. Reforçou o pedido para que as equipes que atuam na referida temática estejam mobilizadas nesse período, uma vez que diversos fluxos de trabalho que envolvem a área encontram-se em andamento (ex.: reestimativa de receitas de 2021, PLOA 2022, janela de estimativa de receita de 2022). Além disso, destacou o momento de acompanhamento físico-financeiro, informações essas que exigem grande atenção dos dirigentes, inclusive por integrarem o relatório de Prestação de Contas do Presidente da República - PCPR. O documento em questão apresenta, principalmente, se os produtos que o MJSP se comprometeu a entregar para o cidadão foram efetivamente entregues e ratificou a necessidade de os titulares sensibilizarem suas equipes para a entrega de um trabalho de cada vez mais qualidade.
4. Na sequência, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, informou sobre o andamento do processo de alteração de estrutura do Ministério que já foi encaminhado ao Ministério da Economia, com exceção da Polícia Rodoviária Federal, que se encontra em vias de ser encaminhado. Informou que para realizar a estruturação da Pasta, foi necessária a utilização de Funções Comissionadas Técnicas - FCTs que se encontram vagas nas unidades. Dessa forma, pediu para que as unidades se atentem para eventuais processos seletivos para ocupação das FCTs, consultando antecipadamente à Secretaria-Executiva sobre a disponibilidade da função.
5. O Secretário-Executivo Adjunto aproveitou o ensejo para informar a respeito de 2 programas importantes que estão sendo gestados no MJSP: i) Programa Habite-se Seguro: previsto para ser lançado na primeira semana de julho; ii) Iminente publicação da portaria de rateio dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP que se encontra em estágio avançado de elaboração. Por fim, reforçou a importância das reuniões do CGE para que sejam abordados, também, assuntos que sejam relevantes para todo o Ministério.
6. Dando continuidade à pauta, e retornando à sequência inicialmente prevista, o Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes, solicitou que fosse apresentado o monitoramento dos projetos e indicadores do planejamento estratégico definidos em reunião anterior. Passou, assim, a palavra para a Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública, Sra. Ana Cristina Melo Santiago, que apresentou o andamento do projeto “ComprasSUSP - Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública”. O projeto estratégico vem sendo monitorado também no âmbito da Presidência da República e tem o objetivo de estruturar o Programa de Compras na área de segurança pública para o desenvolvimento, a proposição e a implementação de modelos, de mecanismos, de processos e de procedimentos para aquisição, contratação, alienação e gestão centralizadas de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e pelas entidades da área de segurança pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou seja, realizar compras e aquisições de bens e serviços, de forma mais eficiente, em benefício das instituições e órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - Susp, bem como disponibilizar o maior número de atas de registro de preços de abrangência nacional. Dentre os benefícios obtidos por meio da metodologia aplicada ao projeto, destacam-se: menor desperdício; integridade; sustentabilidade; compras em escala; qualidade; transparência; inovação; padronização; melhoria do gasto público; eficiência administrativa; redução de retrabalho; e, principalmente, a desburocratização. Estruturado em três pilares (Escritório do ComprasSUSP, Caderno de Referência para Contratação em Segurança Pública e Plano Anual de Atividades), o projeto encontra-se com 64% de execução, com algumas entregas realizadas até o momento, como o lançamento de mais de 10 atas de registro de preço; a publicação da Portaria nº 669/2020 que institucionaliza o programa; a publicação do fluxo de compras e contratações de serviços; e

o desenvolvimento da plataforma digital para aquisição de equipamentos e contratação de serviços com previsão de lançamento do primeiro módulo (levantamento de demandas) em setembro de 2021. Com relação ao indicador "Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizados ao público externo", a Secretaria e Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen obteve, até o momento, resultado de 212.289 vagas preenchidas, frente a meta de 400.000 até 2023. Cabe ressaltar que a referida meta foi alvo de ajuste validado na presente reunião. Apenas no ano de 2021 foram 92.599 matriculados, enquanto em 2020 a meta de 100.000 inscritos foi ultrapassada, sendo obtido resultado de 161.703 matriculados nos cursos disponibilizados em plataforma Ead.

7. Parabenizando o andamento do projeto e do indicador estratégicos sob responsabilidade da Segen, o Secretário-Executivo passou a palavra para que a Polícia Federal - PF apresentasse seus resultados no âmbito do projeto e indicador selecionado previamente. Assim, o Diretor Executivo da PF, Sr. Cairo Costa Duarte, representando o Diretor-Geral dessa Instituição, solicitou que o Sr. João Vianey Xavier Filho, procedesse o monitoramento da estratégia, abordando primeiramente o projeto "ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária", cujo objetivo é desenvolver e implantar um sistema de inquérito eletrônico de âmbito nacional que esteja apto a se integrar com os sistemas do Poder Judiciário, do Ministério Público e de outros órgãos parceiros. O projeto encontra-se com 69% de execução e, após algumas dificuldades identificadas ao longo dos anos de execução, atualmente vem se desenvolvendo em um ritmo acelerado, com evolução dos números. Em 2019, apenas 2,2% dos inquéritos na PF tramitavam no sistema devido a problemas de infraestrutura. A partir da resolução desses obstáculos, até 30 de junho de 2021, foi alcançado o índice de 96,6% de todas as investigações no referido sistema, resultando na redução do volume total de inquéritos em andamento na PF. Há 3 anos, tinha-se aproximadamente 105.000 inquéritos em andamento regularmente na instituição, com dado atual de 83.000, tendo ainda a perspectiva de nos próximos 12 meses serem reduzidos a 60.000 inquéritos em andamento. De acordo com o Sr. Vianey, os inquéritos policiais 100% eletrônicos trazem como implicação a facilidade de atuação do policial, que por meio de uma interface web, consegue acessar pela VPN da PF, com segurança, a internet (*laptop*, computador, *tablet* ou celular - embora no celular têm-se a previsão de começar uma plataforma *mobile* para automatizar algumas atividades) e permite a navegação mais intuitiva. Expôs ainda que, por se tratar de inquéritos eletrônicos, a estruturação de dados estratégicos é fundamental. Anteriormente, a PF contava com sistemas de registro, de produção de peças, mas que apresentavam dificuldades, sendo agora realizado o lançamento dos dados de maneira organizada, funcionando ainda como uma biblioteca eletrônica para os policiais realizarem suas pesquisas. Na sequência, o Coordenador de Gestão Estratégica da PF, Sr. Wellington Clay Porcino Silva, falou sobre o andamento do indicador estratégico "Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizados ao público externo" sob responsabilidade do órgão, impactado pela pandemia pela Covid-19 no ano de 2020. Observou-se grande interesse por cursos Ead da PF, alcançando no primeiro ano o valor de 41.604 vagas preenchidas, com resultado de 50.421 ainda em março de 2021. A meta para os quatro anos de planejamento estratégico era de 42.320 até 2023, motivo pelo qual a revisão da meta superada do indicador foi escopo da RAE. Historicamente, a busca anual pelos cursos oferecidos pela PF era de aproximadamente 10.000 interessados, número mantido como meta para os anos de 2022 e 2023, já que se considera a possibilidade de retornar ao *status quo* pós pandemia.
8. O Secretário-Executivo solicitou complementação das informações apresentadas sobre o projeto ePol, especificamente sobre a conclusão do módulo de apreensão e com relação à integração do Processo Judicial Eletrônico - PJE e Sistema de Peticionamento Eletrônico - Eproc. Assim, foi informado pelo Sr. Vianey que o referido módulo já se encontra com partes entregues, com previsão de ser finalizado em dezembro deste ano. Por se tratar de um módulo complexo, houve problemas na padronização de informações e consequente trabalho prévio de organização dessas informações realizado junto com o MJSP, em especial com a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - Senad, grande parceira no intercâmbio de informações de bens apreendidos, e, também com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, para a criação de uma tabela nacional de bens apreendidos. Aproveitou para destacar que, em relação à integração do PJE, com o Tribunal Regional Federal - TRF 3ª região, o grande problema identificado na integração nacional é que cada Tribunal usa um sistema diferente. Mesmo o PJE na 1ª, 3ª e 5ª regiões são sistemas diferentes, apenas com o mesmo nome, e o Eproc, sistema mais consolidado na atividade judicial da 4ª região. Devido à falta de padrão no protocolo de comunicação entre os sistemas, a integração acabou se tornando inviável, principalmente pela notícia de que a 5ª região vai mudar de sistema, se alinhando aos padrões da 3ª região, possivelmente a ser aplicado em todo o país. Espera-se, portanto, que os demais tribunais, via CNJ, repliquem arquitetura de sistema do TRF 3.
9. No intuito de finalizar o monitoramento do planejamento estratégico, o Secretário-Executivo passou a palavra para que o Arquivo Nacional - AN apresentasse suas informações acerca do projeto "Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA" e o indicador estratégico "Percentual de órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo - SIGA com Código de Classificação de Documentos - CCD e Tabela de Temporalidade e Destinação - TTD de documentos de arquivos das atividades-fim aprovados". A Diretora-Geral do AN, Sra. Neide Alves Dias de Sordi, discorreu sobre o SIGA, sistema estruturador da administração pública federal previsto no Decreto-Lei nº 200, em que o MJSP é o órgão central por intermédio do Arquivo Nacional. Embora o sistema tenha sido regulamentado em 2003, não vinha funcionando de modo adequado até o início do atual governo. Assim, a atual gestão do AN vem buscando recuperar a essencialidade, a competência antes distribuída vários órgãos de modo concorrente. O projeto prevê a construção de cenários prospectivos com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e diversos órgãos parceiros para a gestão documentos e arquivos na administração pública federal e a reestruturação de sistema de governança do SIGA, bem como a instituição da Política e a implementação do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o desenvolvimento de sistema informatizado estruturante para o SIGA, de acordo com os requisitos do Modelo e-ARQ Brasil SIGAD. Busca-se, com o projeto, aperfeiçoar a prestação de serviços aos órgãos e entidades do SIGA pelo AN e ampliar o grau de desenvolvimento em gestão de documentos e arquivos dos órgãos e entidades do Sistema. Prevê-se ainda a elaboração de um planejamento de longo prazo (2020-2035), de modo a traçar o rumo desse sistema, uma vez que a Administração Pública dispense muito recurso e não consegue se modernizar por conta dos passivos de organização da documentação gerada no exercício de suas atividades. De acordo com a Sra. Neide Alves, foi renovada no ano passado uma tabela de temporalidade, a fim de classificar e dar a destinação dos documentos para passar a história adiante. Outro ponto importante do projeto é a reestruturação do sistema de governança. Em dezembro de 2013 foi aprovado decreto no qual se estabeleceu o papel dos órgãos setoriais para criar comissões de avaliação desses instrumentos, de forma que em cada órgão seja criada comissão que vai aplicar a tabela da área meio disponibilizada. Com a referida tabela é possível organizar 70% da massa documental acumulada e, ainda assim, o AN precisa elaborar a tabela das áreas de atividade-fim de cada órgão. Mencionou ainda que o projeto também prevê a instituição da política de gestão de documentos, tendo sido elaborada uma proposta e posta em consulta pública, com a previsão de encaminhar em breve a minuta de decreto para institucionalização dessa política, a ser organizada em programas onde cada órgão deverá definir o seu plano de organização e gestão de documentos. O projeto encontra-se com 52% de execução. Com relação ao indicador estratégico "Percentual de órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo - SIGA com Código de Classificação de Documentos - CCD e Tabela de Temporalidade e Destinação - TTD de documentos de arquivos das atividades-fim aprovados", até dezembro de 2020, alcançou-se o resultado de 38,61% dos órgãos e entidades do SIGA com tal organização da massa documental. Registrou que o processo é moroso, uma vez que não depende unicamente do AN, mas também dos órgãos envolvidos. Destacou, por fim, que tal organização foi realizada no ano de 2020 no MJSP, e brevemente há previsão de ser aprovada no Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, grande produtor de documentos, com significativa massa documental acumulada.
10. Dando continuidade à pauta, o Secretário-Executivo passou a palavra para o Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, que abordou sobre o gerenciamento de riscos do Ministério e a evolução do panorama dos 69 processos de trabalho obrigatórios vinculados ao

planejamento estratégico. Apontou que, até o momento, 15 processos ainda não foram iniciados e que, em decorrência da revisão do planejamento estratégico, em especial no caso da Polícia Rodoviária Federal, que conta com 10 processos não iniciados, possivelmente haverá impacto nesse número. Entre os processos enquadrados como não iniciados, ainda há aqueles de determinadas áreas que se sabe terem iniciado, embora ainda não tenham lançado no sistema. No caso dos processos elencados como em elaboração, alguns ainda estão sendo aprovados pelo dirigente máximo da unidade responsável. Comunicou que já totalizam 28 processos concluídos a serem submetidos a análise no âmbito do Comitê específico sobre a temática, para posteriormente serem submetidos à aprovação no CGE, considerada a última etapa, para posterior monitoramento das medidas de tratamento a cada gerenciamento. Informou que serão realizadas tratativas junto às unidades responsáveis pelos 26 processos em elaboração, bem como pelos 15 ainda não iniciados, uma vez que o prazo estabelecido já se expirou, embora esteja sendo levada em consideração a necessidade de revisão por consequência da RAE. Destacou, como de praxe nas últimas reuniões do CGE, que se trata de uma exigência de normativos advindos de órgãos de controle e dada a importância do gerenciamento de riscos no processo de supervisão governança adotado no MJSP. Finalizando sua fala, o Assessor Especial destacou que recentemente foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União - TCU respostas ao questionário sobre o Índice de Gestão de Governança - IGG do MJSP, documento em que frisou o levantamento acerca do gerenciamento de risco, da organização e do planejamento como ponto central. Conforme mencionado pelo Sr. Claudio Py, algumas unidades do Ministério (Departamento Penitenciário Nacional – Depen, PF e PRF) foram selecionadas em um trabalho realizado pelo TCU sobre contratação, trazendo a temática do gerenciamento como característica dessa seleção a partir de determinado grau de maturidade existente no órgão.

11. Em seguida, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, tratou sobre o monitoramento do Plano Anual de Contratações - PAC, decorrente de obrigatoriedade estabelecida por força da Instrução Normativa ME nº 01, de 10 de janeiro de 2019, que exige que sempre no início no primeiro quadrimestre do exercício anterior se proceda com o levantamento das contratações e aquisições que serão realizadas no ano, auxiliando no processo de organização orçamentária, bem como na concretização às necessidades de aquisição e contratação no âmbito do Ministério. Além disso, mencionou a existência da Portaria 405, de 20 de novembro de 2020, que estabelece diretrizes de governança relativas ao processo de licitações e contratos, e que criou o Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - CPGC, coordenada pela Subsecretaria de Administração - SAA e composta por todas as unidades do MJSP, incluindo a Funai. O subsecretário contextualizou aos presentes que o PAC de 2021 foi elaborado no primeiro quadrimestre de 2020, revisto por três vezes ao longo do ano e no início deste exercício, onde é previsto um total de 4.129 contratações a serem realizadas ao longo de 2021, somado a 1.757 contratos que serão objeto de prorrogação, com montante estimado em R\$ 8,4 bilhões. Frente aos números, o Sr. Rogério Xavier destacou ser um plano robusto e cujo monitoramento é fundamental para sua execução. A fim de realizar um acompanhamento mais adequado do PAC, foi solicitado no início de 2021 que as unidades priorizassem, no universo das 4.129 contratações, aquelas com necessidade de garantia orçamentária e ao mesmo tempo um esforço operacional mais concentrado, sendo, portanto, indicadas 1.991 contratações com essa natureza de alta relevância (73% das contratações previstas no PAC). Explicou ainda que, para alinhamento à diretriz dada no âmbito do Ministério para o cumprimento da meta de execução orçamentária de até 70% ao final do primeiro semestre, foi repassada a mesma diretriz no âmbito do processo de compras, em que todas as contratações de natureza prioritária deveriam ser abertas e iniciadas no primeiro semestre de 2021 para que, ao final desse, fosse obtido um percentual expressivo dessas contratações em rito final ou já finalizadas. Informou, ainda, que dentre o quantitativo total de contratações elencadas no PAC, 1.156 estão sendo monitoradas. Por fim, o subsecretário solicitou o esforço das unidades para que se possa complementar o cronograma das contratações previstas, tanto para o segundo semestre quanto para aquelas que não foram enviadas, mas que estavam previstas para realização no primeiro semestre. Apresentou ainda, rapidamente, aos participantes da reunião, o painel de monitoramento do PAC, solicitando às unidades que participem de forma mais efetiva desse processo para a conclusão do painel e a fim de que se torne uma ferramenta gerencial para as próprias equipes que conduzem os processos de trabalho. Finalizou dizendo que há previsão de ser realizada atualização de tal painel neste mês de julho.
12. Em continuação aos informes previstos em pauta, o Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sr. Rodrigo Lange, abordou sobre a nova sala cofre do MJSP. Em 2019, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC iniciou um processo de licitação de uma nova sala cofre para a melhoria da estrutura de TIC do Ministério. Atualmente, o *datacenter* disponível depende exclusivamente de recursos compartilhados da parte elétrica e de refrigeração do prédio que funcionam bem, atendendo às necessidades do Ministério, mas que não possui condições necessárias para um *datacenter*, tendo como exemplo o incidente no SEI ocorrido no mês de junho de 2021 devido a uma pane elétrica que interrompeu o funcionamento dos equipamentos de ar-condicionado, provocando o superaquecimento na sala e a queima de equipamentos. Informou que a licitação foi finalizada em 2020 e se iniciou o processo de construção e implantação da nova sala cofre, com grande apoio da área de engenharia, sendo concluída em junho de 2021. A sala apresenta uma estrutura elétrica e de *nobreaks* redundantes, e duplamente redundante de equipamentos de ar-condicionado, gerando um ambiente de altíssima disponibilidade. Comunicou, ainda, que no segundo semestre de 2021 será realizada integração com a outra sala cofre que o Ministério possui. A última etapa do processo de instalação prevê a retirada de todos os equipamentos dos *datacenters* no dia 15 de julho de 2021, a partir das 20h, e término no dia 18 de julho de 2021, às 20h, totalizando 72 horas para o processo de migração. Destacou, portanto, que todos os serviços de TIC serão paralisados na instituição durante o período mencionado. Para que não haja prejuízo com a parada dos serviços durante o processo em questão, o uso dos sistemas será provido a partir da nuvem do *Office 365*. Por fim, informou que a DTIC iniciou processo de movimentação das caixas de e-mail para nuvem, que os ocupantes de DAS e FCPE já tiveram suas caixas migradas, além da migração do SEI para nuvem para que não haja interrupção do sistema.
13. Finalizando a pauta, o Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, informou acerca do envio do processo SEI de monitoramento para coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos estratégicos, com prazo até o dia 12 de julho. Comunicou também que, em decorrência da nova demanda da Presidência da República - PR sobre entregas relevantes dos ministérios, já foram apresentadas pelas unidades as entregas relativas aos meses de junho e julho. Para o próximo ciclo, a partir do mês de agosto, as entregas serão apresentadas no formato de uma nova planilha, além da previsão de realização de reuniões mensais com a PR para acompanhamento dos projetos. No âmbito do planejamento estratégico, mencionou que as próximas unidades a apresentarem os resultados de 1 projeto e 1 indicador na próxima reunião ordinária mensal serão: i) Depen: projeto “Maximização da geração de vagas em unidades prisionais” e indicador “Geração de vagas”; ii) Secretaria Nacional de Justiça - Senajus: projeto “Fomento à criação e à estruturação de unidades de combate à corrupção nas polícias civis” e indicador “Tempo médio de decisões de processos de naturalização”; e iii) PRF: projeto “Programa Nacional de Redução de Mortes no trânsito” e indicador “Vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais”. Além disso, reforçou a informação de alguns projetos que estão em vias de serem implementados, como o Habite Seguro, a reestruturação e a nova sistemática e critérios de rateio, bem como a revisão do Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP, já assinado pelo Ministro e em trâmite na PR.
14. O Sr. Antonio Ramirez Lorenzo aproveitou a oportunidade para pedir reforço na campanha do agasalho, a ideia foi que cada unidade tivesse um ponto focal para aumentar o recolhimento do material, e embora encerrada no dia 30 de junho, há previsão de presença da primeira-dama no dia 5 de julho para recolher todos os agasalhos coletados no MJSP.
15. Abrindo a palavra para os presentes, o Secretário Nacional de Polícias sobre Drogas, Sr. Luiz Roberto Beggiora, inicialmente manifestou satisfação ao saber da evolução do projeto ePol, uma vez que a Senad participa da integração do sistema junto com o CNJ para a obtenção de informações sobre a apreensão dos bens e as decisões judiciais a serem realizadas diretamente do sistema, sendo de grande relevância

principalmente em decorrência das solicitações de alienação antecipada, o que tem gerado aumento na arrecadação de forma tempestiva. Aproveitou o ensejo ainda para agradecer ao Gabinete do Ministro e ao próprio Ministro, Sr. Anderson Torres, pela participação na Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, bem como da Assessoria de Comunicação Social – ASCOM pela divulgação excepcional e de parceiros do MJSP (PF, PRF, Seopi, Depen, Senasp) que trabalharam para o sucesso do evento. A Semana possibilitou mostrar que o governo federal tem forte integração e articulação com todas as unidades federadas que participaram efetivamente das operações. Informou também sobre a realização da reunião do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - Conad, ocasião em que foi apresentado o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas que conta com a colaboração de praticamente todos os ministérios, além das unidades de segurança pública do MJSP. A próxima etapa consistirá na abertura para audiência pública e finalizado, provavelmente, até setembro de 2021. Comunicou, por fim, sobre o Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Redução de Oferta de Drogas, a ser realizado em 6 e 7 de julho, oportunidade em que são apresentadas as pesquisas no âmbito do MJSP e também da Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas - SENAPRED, com participação de diversos órgãos, via aplicativo zoom.

16. Seguindo para o término da reunião, o Secretário-Executivo deu as boas-vindas ao novo Secretário Nacional de Segurança Pública Adjunto, Sr. Juruebi de Oliveira Junior. Agradecendo a presença de todos, mencionou que espera contar com a presença física de participante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e da Fundação Nacional do Índio - Funai na próxima reunião do Comitê de Governança Estratégica.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 14/07/2021, às 14:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JURUEBI DE OLIVEIRA JÚNIOR, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública - Substituto(a)**, em 14/07/2021, às 16:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 14/07/2021, às 17:20, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 14/07/2021, às 18:05, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 14/07/2021, às 18:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 14/07/2021, às 18:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 14/07/2021, às 18:36, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 14/07/2021, às 18:49, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BRAULIO DO CARMO VIEIRA DE MELO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 15/07/2021, às 09:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 15/07/2021, às 10:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Castro Panoeiro, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 15/07/2021, às 14:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 15/07/2021, às 19:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 20/07/2021, às 14:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 20/07/2021, às 17:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 20/07/2021, às 20:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON GUSTAVO TORRES, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 20/07/2021, às 20:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 23/07/2021, às 11:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE UCHOA DOS SANTOS, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 10/08/2021, às 17:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 24/08/2021, às 17:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CAIRO COSTA DUARTE, Usuário Externo**, em 08/09/2021, às 19:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **15216399** e o código CRC **8E428787**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.